

Milhões e milhões de empregos

Os candidatos andam falando em criação de empregos como quem participa de um leilão, ou de um concurso de fórmulas mágicas. Há anos o Ministro Malan ouviu essas coisas e repete que para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, errada e que tem que ver com “vontade política”.

O desafio da criação de empregos se divide em dois problemas com os quais se luta há muitos anos, e sem muito sucesso: restaurar o crescimento e reduzir os encargos sobre os salários.

Neste segundo tema as manifestações dos candidatos têm sido vagas e hesitantes, exceção para o documento denominado “Agenda Perdida”, escrito sob encomenda de José Alexandre Scheinkman, por economistas de diversos partidos e persuasões, a maior parte dos quais jovens, ainda desconhecidos e que vêm estudando temas sociais (emprego, educação, pobreza, criminalidade, por exemplo), sob novos ângulos e com grande competência.

Há muitas idéias novas a explorar no terreno do emprego, todas passando pela redução dos encargos, ou seja, trata-se de repensar o FGTS, suas conexões com a Previdência, a CLT e a própria Justiça do Trabalho.

Candidato que não quiser discutir estes temas em profundidade, e com a disposição para quebrar alguns paradigmas, não pode falar a sério sobre criação de empregos.

Sobre o segundo problema, o crescimento, existe um importante detalhe sempre diminuído pelos candidatos: a contribuição do investimento público para a aceleração do crescimento vai ser pequena, especialmente se for mantida a responsabilidade fiscal como filosofia básica para as finanças públicas. Acabou a era dos “Planos de Metas”, e já faz tempo.

Portanto, diferentemente do que ocorreu nos tempos de JK, ou dos recém reabilitados governos militares, o crescimento da economia terá de ser puxado pelo investimento privado. Esta tese foi talvez a principal conclusão de mais uma reunião do Fórum Nacional, na semana passada no BNDES, a partir de um trabalho do professor Jorge Chami Batista.

É importante que se tenha claro que o trato do investimento privado envolve uma tecnologia muito diferente daquela que envolve o investimento público. Este resulta de decisão administrativa, ou política, e usa recursos de impostos, emissão de moeda, ou dívida pública. Sempre precisa haver a famosa “vontade política” para onerar a Sociedade em nome de alguma outra boa causa.

O investimento privado não funciona com nada disso, muito pelo contrário. A boa teoria econômica ensina que o empresário é caprichoso, e que apenas investe quando se sente muito seguro sobre o futuro, pois investir envolve levantar dinheiro, que nunca é barato, assumir compromissos e empreendimentos de tamanho e sucesso incerto, e tomar riscos, muitos riscos.

O retorno esperado desse esforço deve ser maior que o custo do capital, e aqui no Brasil, como sabemos, não apenas o futuro mas também o passado é incerto e o custo de capital é altíssimo.

Para que o investimento privado decole os empresários precisam de menos impostos e encargos, baixas taxas de juros (ou seja, finanças públicas em ordem e dívida pública em queda) para prazos longos (e não apenas no BNDES mas no mercado de capitais em geral), horizontes previsíveis, políticas consolidadas e previsíveis e pouco sensíveis à oscilante “vontade política” dos governos.

O próximo governante seguramente vai se frustrar, caso acredite verdadeiramente na fórmula clássica de geração de emprego via programas de governo e, ao fracassar, já terá um alibi: o “mercado” não terá entendido suas boas intenções. Os “especuladores internacionais” serão acusados, como no passado se atribuía a inflação aos “oligopólios” e “tubarões”.

Assusta, portanto, não apenas o fato de os candidatos estarem usando a embocadura incorreta no tema do crescimento e do investimento privado, mas também o fato de que já têm um “bode expiatório” para suas desventuras.